

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2003

Modifica os artigos 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal, o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA **(Do Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá e outros)**

Altere-se a Proposta de Emenda Constitucional nº 40, de 2003, nos seguintes termos:

ALTERE-SE, NO ART. 2º DA PEC Nº 40, A REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 8º DA EC Nº 20, DE 1998, DA SEGUINTE FORMA:

Art. 2º O art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 8º.

.....
§ 1º As idades mínimas referidas no “caput” serão acrescidas de seis meses a cada ano, a contar do início do sexto ano após a entrada em vigor desta Emenda.”

JUSTIFICAÇÃO

A nova redação dada pela PEC ao art. 8º, além de extinguir definitivamente a aposentadoria proporcional para os servidores, fixa, de forma equivocada, um redutor para os servidores que se aposentarem com idades inferiores a 60 ou 55 anos de idade, conforme fixado pela regra de transição da EC nº 20/98, da ordem de cinco por cento a cada ano de antecipação. Desta maneira, quem aposentar-se aos 53 ou 48 anos terá redução de até **35% no valor do provento**, redução que, acumulada com as demais regras da PEC, tornaria extremamente reduzido o benefício do servidor ao se aposentar.

No entanto, além de não preservar a expectativa de direito, torna inútil a regra de transição então estabelecida, com o propósito de inibir a concessão de aposentadorias. Trata-se de solução que afronta o Estado Democrático de Direito, e deve, por isso, ser substituída por regra mais branda. A presente Emenda propõe que, a cada ano, a contar do sexto ano de vigência da EC nº 20 – que seria o ano de 2004 – a idade mínima fixada no art. 8º seja elevada em seis meses, a cada ano, de modo que, no prazo máximo de 14 anos, as idades mínimas da regra de

transição e da regra permanente estariam equalizadas. Dessa forma, elimina-se o prejuízo imediato a milhares de servidores que estão em vias de concluir os requisitos para aposentadoria.

Sala da Comissão, em 03 de julho de 2003

ARNALDO FARIA DE SÁ
Deputado Federal - São Paulo